

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

Lei nº 08/97 de 06, de março de 1997.

Cria o Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente  
e dá outras providências.

OSVALDO PEREIRA MACHADO, Prefeito Municipal de Tabai, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores e EU sanciono, a seguinte Lei:

ART. 1º - É criado o Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente - CMS

ART. 2º - O Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente, terá funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras, assim como de formulação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

ART. 3º - O Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente tem caráter permanente e será integrado por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários.

ART. 4º - O Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente será constituído por 10 (dez) Conselheiros titulares e os respectivos suplentes, tendo a seguinte composição:

|   |    |
|---|----|
| a) Secretaria Municipal de Saúde e do Meio Ambiente     | 02 |
| b) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais  | 02 |
| c) Representante dos Médicos                            | 01 |
| d) Representante dos Odontólogos                        | 01 |
| e) Representante de Enfermagem                          | 01 |
| f) Representantes Comunitários ou Associação de Bairros | 03 |

ART. 5º - O desempenho da função de membro do Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente não será remunerada.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente que, expressamente autorizados pelo Prefeito, se ausentarem do Município para comparecer a encontros relacionados com matéria da especialidade do Conselho a que pretendem, ou para tratar de assunto específico deste, farão jus a diárias e transporte nos termos estabelecidos no ART. 3º da Lei nº 05/97.

ART. 6º - Os Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representarem.

§ 1º - Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão propor a substituição de seus respectivos representantes.

§ 2º - Será dispensado o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, no período de um ano.

§ 3º - O Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente será constituído por Diretora e tantas comissões quantas forem necessárias.

§ 4º - Os membros da Mesa Diretora, inclusive seu presidente, serão eleitos entre os Conselheiros Titulares, mediante voto direto, para um período de dois anos.

ART. 7º - A competência e as atribuições do Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão regulamentadas em regimento interno, elaborado e aprovado pelo seu Plenário, nos termos da Lei.

ART. 8º - Ao Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente compete:

I - Acompanhar e controlar a movimentação e os destinos dos recursos na execução orçamentária da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente;

II - Definir critérios para a celebração de contratos entre o setor público e entidades privadas no que tange à prestação de serviços de saúde;

III - Apreciar e aprovar previamente convênios e termos aditivos a serem firmados pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente;

IV - Estabelecer critérios para ampliação do atendimento à saúde a serem mantidos pelo poder Público Municipal;

V - Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar o Plano Municipal de Saúde, bem como acompanhar e avaliar sua execução;

VI - Apreciar e aprovar a proposta do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente;

VII - Apreciar e aprovar o Plano de aplicação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde e Meio Ambiente, bem como acompanhar e fiscalizar sua movimentação;

VIII - Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

IX - Estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

X - Estabelecer critérios e diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;

XI - Estimular, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde;

XII - Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Saúde e Meio Ambiente com os demais Conselhos Municipais.

XIII - Executar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Saúde e Meio Ambiente.

ART. 9º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente a responsabilidade de convocar e instalar o Conselho Municipal de Saúde, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

ART. 10 - O Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente contará com infra-estrutura para o atendimento de seus serviços técnicos administrativos, devendo ser previsto recursos orçamentários para tal fim.

ART. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 DE MARÇO DE 1997



OSVALDO PAREIRA MACHADO  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



ROBERTO TEIXEIRA ALVES  
Secretário de Administração